

Na luta da PT **Constituinte**

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR-47-331/86

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Constituinte

Brasília, outubro de 1988 - nº 10

Paula Simas



A Carta está pronta. E a luta continua

Agora, o PT precisa se mobilizar para a batalha em torno das leis que vão reger e lamentar as normas constitucionais

Depois de 19 meses de trabalho, foi promulgada no dia 5 de outubro a nova Constituição do País. Uma Constituição que, em relação à imposta pelo regime em 1967, contém avanços importantes no campo dos direitos civis, das liberdades públicas e da participação do cidadão. Mas que mantém intocados - no essencial e no global - injustiças, privilégios e omissões incompatíveis com uma sociedade moderna, ainda que nos limites do capitalismo.

A Bancada do PT chegou à Constituinte consciente de que uma nova Constituição, por melhor que fosse, seria incapaz de estabelecer um estágio social de justiça e liberdade, com o fim da exploração do homem pelo homem. Também sabia que a correlação de forças determinada pelas eleições de 1986 impunha limitações intransponíveis. É preciso lembrar que o PT elegeu apenas 16 deputados, que com os outros parlamentares de esquerda e progressistas, somaram 120 constituintes. Para aprovar qualquer coisa eram precisos 280 votos.

Avanços

Apesar desse quadro desfavorável, a Constituinte foi além do que idealizaram os articuladores da direita. O muro da correlação de forças foi rompido diversas vezes pela mobilização popular, respaldando a atuação coletiva do PT, que juntamente com outras bancadas e parlamentares progressistas, possibilitou a conquista de novos direitos e liberdades.

É o caso da ampliação dos direitos dos trabalhadores, como o de greve, a redução da jornada de trabalho e a equivalência entre os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos. No campo da seguridade, a recuperação do valor das aposentadorias e a correção monetária dos salários base para cálculo dos benefícios, corrigem, em parte, a injustiça para com os aposentados. Por sua vez, os novos instrumentos jurídicos, como o mandato de injunção, de segurança coletiva e a iniciativa popular em projetos de lei, abrem novos espaços de luta institucional para o movimento popular.

O PT chegou à Constituinte com um projeto inteiro de Constituição - o referencial para a atuação da Bancada. Durante a definição do regimento interno, nossa Bancada, também com um projeto próprio, polarizou disputas políticas, sobretudo na defesa das emendas populares. A Bancada não cedeu às pressões do governo Samey, das Forças Armadas e do empresariado. Defendeu a soberania da Constituinte, inclusive nos momentos em que alguns setores vacilaram diante de "vetos militares". Combateu sem tréguas o Cemitão, o que contribuiu decisivamente para desgastá-lo, reduzindo sua unidade e influência.

O balanço da atuação da Bancada do PT aponta um saldo positivo na sua estratégia de obter conquistas parciais para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que polarizava marcando posição nas ques-

tões inegociáveis. Assim, obteve resultados imediatos, sem perder a coerência política. Sem dúvida, o Partido acumulou na luta da Constituinte uma experiência importante para a definição de suas relações no campo institucional.

Voto não é assinatura

Depois de vários debates com a participação da Bancada, o Diretório Nacional decidiu que o PT deveria votar **não** ao texto global, expressando nosso inconformismo com o seu caráter geral. O voto não representa a rejeição do PT aos princípios conservadores inscritos em questões fundamentais. Com relação à reforma agrária, a proibição de desapropriar terras "produtivas" (sem definir o que é produtivo) é pior do que estabelecer o Estatuto da Terra, do regime militar. A tutela das For-

ças Armadas sobre o País é mantida, quando a Constituição dá a elas autorização para intervir "na lei e na ordem". Os critérios de composição dos tribunais superiores não mudam. Os mesmos ministros indicados para cargos vitalícios pelos presidentes militares e por Samey é que decidirão inclusive sobre os princípios constitucionais sem regulamentação. Até na definição dos direitos fundamentais, o direito de propriedade é igualado ao direito à vida, enquanto permanecem sem mecanismos de enfrentamento os problemas cruciais, como a miséria, a concentração de renda, a dívida externa...

Já a decisão de assinar a Constituição não era uma questão de mérito, mas uma questão formal. Assinar a Carta significa ter participado de sua elaboração, independentemente de concordar com o que foi aprovado. E é evidente que a Bancada do PT participou - ativamente - mesmo em minoria. Assim, a decisão do Diretório Nacional foi a de assinar.

Se a Constituição promulgada não é a que a gente queria, trata-se agora de mudá-la. A luta do PT continua, no sentido de garantir a regulamentação e aplicação dos avanços democráticos aprovados, e na tentativa de modificar os pontos conservadores com emendas à Constituição. No contexto mais amplo, a luta do PT continua com a conscientização, a organização e a mobilização popular, construindo as condições necessárias para realizar as transformações que a Constituinte não realizou.

O PT votou não ao texto, expressando nosso inconformismo com o seu caráter conservador. Já a assinatura na Carta significa reconhecer que participamos - mesmo em minoria - de sua elaboração.

Apresentamos aqui um resumo de algumas das mais importantes decisões tomadas pela Constituinte, com seus aspectos positivos e negativos

O que muda e o que não muda na nova Carta

Direitos Individuais

e Coletivos



A nova Constituição reconhece os direitos democráticos elementares, como os de reunião, associação, expressão e de informação. A censura passará a ser apenas classificatória, por faixas de idade, para a televisão e os espetáculos públicos. Não serão mais censuradas as publicações escritas. O ponto mais negativo deste capítulo da Nova Carta é o que trata do direito à propriedade, que foi equiparado ao próprio direito à vida. O PT lutou para tentar modificar isso, mas não foi possível. Nossa tese é de que o direito à propriedade não pode ser absoluto, e deve estar condicionado aos interesses e necessidades maiores da sociedade, ao cumprimento de uma função social.

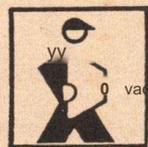
Anistia aos Demitidos do Serviço Público



Aprovando uma proposta de iniciativa do PT, a Constituinte anistiou todos os servidores públicos civis e funcionários de empresas estatais demitidos ou punidos por terem participado de greves, ou por outros motivos políticos, desde 1979 até a data da promulgação da nova Carta. Foram excluí-

dos dessa anistia os funcionários civis dos ministérios militares.

Direitos Míticos



Com a nova Carta, os direitos políticos da população vão ser ampliados. Foi aprovado o princípio de que a soberania popular será exercida pelo voto direto e secreto, inclusive, mediante plebiscito e referendo. A iniciativa popular, pela qual o PT lutou, é uma novidade de caráter democrático. Através dela, 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos 5 estados, e com o mínimo de 3% dos eleitores de cada um desses estados, poderá propor projetos de lei ao Congresso Nacional, através de abaixo-assinados. Outro avanço importante foi a introdução do voto facultativo para os maiores de 16 e menores de 18 anos. Para os analfabetos, o voto também será facultativo.

Aposentadoria

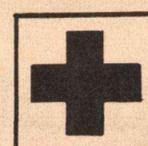


A recuperação da dignidade da aposentadoria foi uma das grandes lutas do PT e uma das maiores conquistas populares na Constituinte. Ficou decidido que os atuais

benefícios das aposentadorias e pensões como o controle popular sobre o sistema

terão um novo cálculo, expresso em salários mínimos, de modo a recuperar o valor real que tinham na época em que foram concedidos, isso significa que os atuais aposentados e pensionistas terão um reajuste expressivo, a ser aplicado a partir do sétimo mês após a promulgação da nova Constituição. O governo terá o prazo de 30 meses para implantar o novo plano de custeio e benefício. Além disso, foi instituído o princípio que proíbe a redução do valor real das aposentadorias daqui para a frente. Outro avanço importante é que o valor das novas aposentadorias será calculado com base na média dos salários dos últimos três anos de ativa, corrigidos monetariamente, mês a mês. Ou seja, a média dos últimos três anos refletirá o valor real do salário. Atualmente, o cálculo da média não considera a inflação, o que causa grande redução nos proventos dos aposentados. Conseguimos também aprovar a aposentadoria proporcional aos 25 de serviço para mulher e 30 anos para o homem, respectivamente.

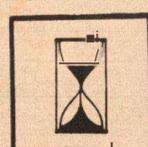
Saúde



Apesar da derrota da tese de estatização progressiva do setor saúde, defendida por nós do PT e por outras forças democráticas, foram conquistados pontos importantes,

público único de saúde, os contratos de direito público que permitirão um maior rigor na fiscalização de hospitais privados contratados, a proibição do comércio de sangue e dos seus derivados, e a incorporação da saúde do trabalhador ao sistema único de saúde.

Prazo Maior para Ações Trabalhistas



Atualmente o empregado só pode reclamar direitos trabalhistas relativos aos dois últimos anos de serviço. A Constituinte aprovou proposta do PT que aumentou esse prazo para cinco anos, embora o limite para o recurso na Justiça continue a ser de dois anos após a rescisão do contrato de trabalho.

50% a Mais nas Horas Extras



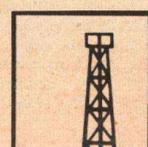
A remuneração da hora extra aumentou para um mínimo de 50% sobre a hora normal. O PT lutou pela proibição do horário extraordinário, como forma de criar novos empregos e reduzir acidentes de trabalho. Os setores ligados ao empresariado queriam manter os atuais 25%.

Proteção contra Dispensa Imotivada

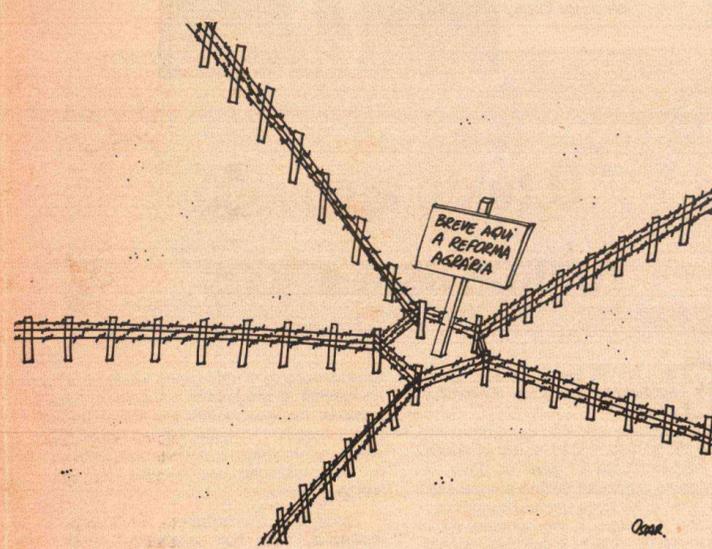


O PT defendeu a proibição da demissão sem justa causa. Essa proposta foi derrotada, mas, foi aprovado provisoriamente que o percentual de multa do FGTS passasse dos atuais 10% para 40% em benefício do demitido. Uma lei complementar vai regulamentar os casos de demissão imotivada.

Empresa Nacional



Houve muita pressão para não haver diferenciação entre as multinacionais e as empresas de capital nacional. A nova Constituição, porém, fez a diferenciação ao introduzir o conceito de "empresa brasileira de capital nacional", que são aquelas cujos proprietários ou sócios majoritários sejam residentes no país. Na mineração, só elas poderão atuar. O PT se posicionou pela diferenciação entre o capital nacional e o estrangeiro, por entender que ela possibilita ao país um controle maior sobre sua economia.



Reforma Agrária

Esse é um dos piores pontos da nova Constituição. O texto aprovado representa até mesmo um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra, editado pelo governo militar em 1964. A Reforma Agrária, que é uma das principais exigências da Nação, está praticamente inviabilizada, o que poderá agravar a tensão existente no campo. A nova Constituição tem um dispositivo que exclui genericamente das desapropriações os imóveis rurais considerados "produtivos". Esse dispositivo é um grande obstáculo constitucional à Reforma Agrária.

Prisão só com Ordem Judicial



A Constituinte aprovou que uma pessoa só poderá ser presa em flagrante delito ou por ordem expressa do juiz. Assim, não poderá haver mais ordem de prisão emitida pela autoridade policial, como existe hoje. Para nós do PT, esse é um importante avanço no sentido da democratização da sociedade, na medida em que representa uma garantia legal contra as freqüentes arbitrariedades policiais.

Direitos Iguais para Trabalhador Rural e Urbano



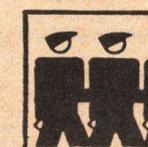
A Constituinte aprovou a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos para os rurais, aprovando proposta do PT. Assim, os trabalhadores do campo começarão a ter direito ao FGTS, salário-família, aposentadoria por tempo de serviço (e não só por idade, como é hoje), adicional de trabalho noturno, hora extra, participação nos lucros etc.

Aviso Prévio Proporcional



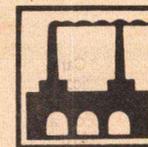
Foi aprovado o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de no mínimo 30 dias. Mas essa conquista ainda precisa ser regulamentada por uma lei ordinária.

Organização Sindical



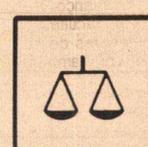
Foi criado um espaço de autonomia sindical, com o fim do poder de intervenção direta do governo nos sindicatos. No entanto, foi mantida a estrutura verticalista e corporativista herdada do fascismo, através da unicidade sindical, do imposto sindical e do sistema confederativo, onde o peleguismo tradicionalmente se aloja. O PT defende a plena liberdade de organização sindical, e é contra a unicidade forçada, pois a unidade deve ser obtida na luta e não imposta pela Constituinte. Também foram aprovados o direito de sindicalização dos servidores públicos, e a estabilidade dos dirigentes sindicais.

Meio-Ambiente



No capítulo do meio-ambiente foram definidas responsabilidades tanto dos poderes públicos quanto dos particulares e dos cidadãos em geral em relação à preservação ambiental. A destruição do meio-ambiente será crime, passível de pena de prisão. O PT defendeu esses avanços aprovados.

Garantia de Aplicação das Leis



Foram criados três novos instrumentos jurídicos importantes, que poderão ajudar na defesa dos direitos dos cidadãos. Através do **mandado de injunção** qualquer pessoa ou entidade poderá acionar a Justiça para obrigar o cumprimento de princípios constitucionais ainda não regulamentados em lei. Assim, poderemos lutar para que princípios constitucionais positivos - como, por exemplo, o que determina as despesas básicas e o salário mínimo deve cobrir - não sejam simplesmente ignorados. Outro instrumento é o **mandado de segurança coletivo**. Atualmente, os mandados de segurança, que se destinam a garantir direitos legais lesados, só podem ser individuais. E há, também, o **habeas data**, que permitirá a qualquer pessoa ter acesso às informações a seu respeito existentes nos bancos de dados públicos.

Licenças Maternidade e Paternidade



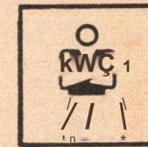
A nova Constituição amplia a licença remunerada da trabalhadora gestante para 12C dias, com estabilidade desde a comprovação da gravidez até o 5º mês após o parto. O pai também terá licença, cujo período será regulamentado em lei. Enquanto não ficar pronta, o período é de 5 dias.

Férias com um Terço a Mais no Salário



Ficou definido que as férias serão pagas com um acréscimo de pelo menos um terço acima do salário normal. O PT defendeu férias em dobro, pela qual continuaremos lutando.

Direito de Greve



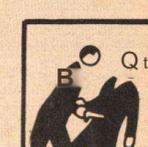
A nova Carta assegurou o direito de greve, inclusive para os servidores públicos. Esta conquista - uma das mais importantes da Constituinte - foi garantida graças à atuação intransigente da bancada petista, que recusou qualquer acordo com o Centrão. Uma lei ordinária ainda deverá regulamentar o direito de greve nos "serviços essenciais" e definir os "abusos de greve".

Reforma Urbana



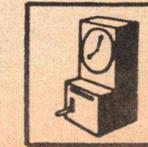
O fato de a Reforma Urbana ter entrado na Constituição, por si só, já representa um avanço. Importante também foi a submissão, no texto, da propriedade urbana ao bem estar social, dando aos municípios o poder de desapropriação. O usucapião urbano foi reconhecido, mas com a exclusão dos lotes pertencentes ao setor público, o que é uma grave ameaça à grande massa de favelados que vivem nesses lotes. O usucapião urbano vai beneficiar quem ocupar um imóvel durante 5 anos ou mais, sem oposição do proprietário, e desde mais não possua outro imóvel.

Tortura



A tortura, o terrorismo e o tráfico de drogas também serão considerados crimes inafiançáveis e imprescritíveis. A nova Constituição acabou incluindo esses três temas num único artigo. Nós defendemos a posição de que a punição à tortura deveria ser definida isoladamente, e votamos contra misturar terrorismo e tráfico de drogas com a tortura.

Jornada de Trabalho



O PT se empenhou na luta pela jornada semanal de 40 horas. Essa proposta foi derrotada, mas a jornada máxima de trabalho acabou sendo reduzida das atuais 48 horas para 44 horas. Já o turno será de 6 horas. Esta é uma conquista que beneficia cerca de 8 milhões de trabalhadores e foi uma proposta apresentada e defendida pelo PT.

Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do PT na Constituinte
Elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT
Texto e Edição: Márcio Araújo e Luiz Claudio Pinheiro
Ilustração: Oscar
Diagramação: Licurgo Botelho
Composição e Arte-Final: SIC - Serviços Integrados de Comunicação

BANCADA DO PT

Benedita da Silva; Eduardo Jorge Florestan; Fernandes Gumerindo Milhomem; Irma Passoni; João Paulo Pires; José Genofino; Luis Inácio Lula da Silva; Luis Gushiken; Ovídio Dutra; Paulo Delgado; Paulo Paim; Píffio de Aruda Sampaio; Virgílio Guimarães; Vitor Bualiz; Vladimir Palmeira.

Opapel

das Forças Armadas

O texto aprovado consagra a tutela militar sobre a Nação. As Forças Armadas poderão intervir para manter a lei e a ordem, enquanto nós defendemos a proposta de

classificatória, pela qual poderiam intervir para defender a ordem constitucional, por convocação dos Três Poderes derrotada.

duas armas de calibre: o Estado de Defesa (sucédâneo do Estado de Emergência) e o Estado de Sítio.



Novas Perspectivas

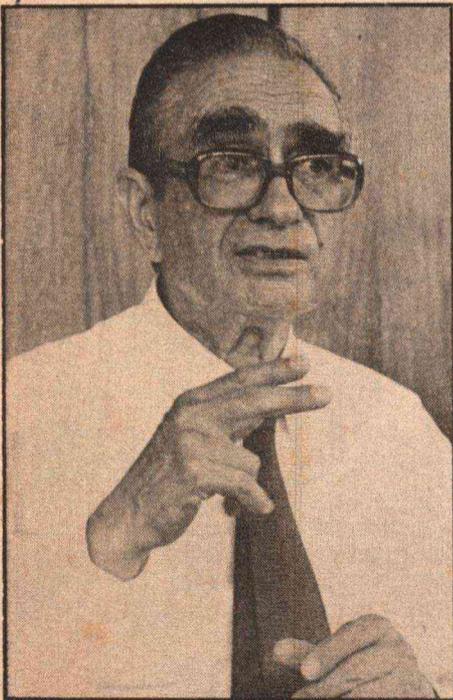
FLORESTAN FERNANDES

Considerando o "pai da sociologia brasileira", o professor Florestan Fernandes, deputado do PT/SP, fala aqui das nossas novas tarefas políticas

O processo constituinte encerrou-se, no que diz respeito à produção da carta constitucional. Ele se prolonga, no entanto, nos níveis da elaboração das leis, que se tomam necessárias para dar plena eficácia à constituição, e do combate ativo à resistência e à sabotagem dos poderes constituídos e das classes patronais, voltadas contra os dispositivos constitucionais mais avançados ou democráticos.

Os companheiros da esquerda não compreenderam a decisão do PT de votar NÃO, pelas razões indicadas por Lula em seu discurso oficial e posteriormente em artigo publicado por a **Folha de S. Paulo**. Dizem que essa constituição traz a marca do PT exatadamente onde ela é mais inovadora e construtiva. Sem o PT, afirmam, a constituição de 1988 nasceria muito mais pobre. Isso é verdade, embora se deva retribuir muitos créditos aos companheiros de jornada. Porém, o PT não é um partido burguês, disposto a usar o parlamento como a via institucional de solução de conflitos e controvérsias entre classes e facções de classes. O PT quer transformar a fundo a sociedade civil e o parlamento revela-se impotente, como instrumento de luta para atingir-se fins mais agudos.

Duca Lessa



As classes trabalhadoras adquiriram um ímpeto que não cabe nem na Nova República nem na moldura legal da nova Constituição.

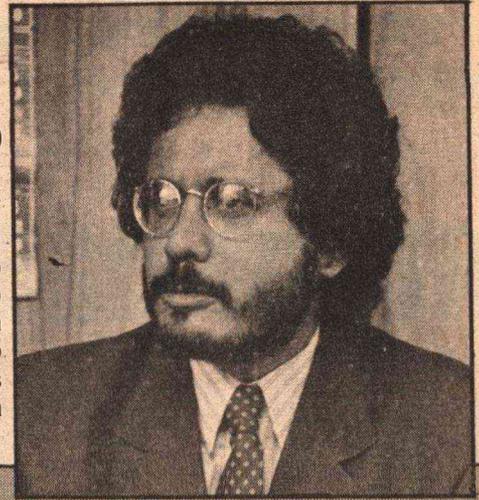
Isso quer dizer que precisamos inter-rogar de novo as tarefas das classes trabalhadoras e das massas populares neste momento histórico, para estabelecer a estratégia do partido no período pós-constitucional. Não há dúvida de que devemos retomar a temática da renovação da constituição, para ir além do sufoco que mal foi rompido até agora. Todavia, as classes trabalhadoras adquiriram, por seus movimentos que vêm da luta contra a ditadura, da vitória de 1978 e das posições ofensivas, que se abriram para a sua atuação concreta posteriormente, um ímpeto que não cabe nem nos quadros da "nova República", que continua a existir, nem na moldura legal delineada pela constituição.

O desafio consiste em avançar e em aprofundar a consciência de classe dos trabalhadores do campo e das cidades e as lutas políticas que se impõem por causa do comportamento retrógrado da burguesia e do esquema repressivo de defesa da ordem, o qual preserva toda a sua força (e brutalidade). Esse desafio coloca dois objetivos centrais: um imediato; outro de longa duração. O imediato, diz respeito à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Ele permite retomar, fora da constituinte, a discussão dos temas candentes e das conquistas essenciais que os trabalhadores e as massas populares, organizadas ou não, precisam fazer para não continuarem super-explorados, ultra-oprimidos e sem perspectivas de um padrão de vida decente. A campanha do PT deve possuir um teor de desmascaramento da ordem existente, a capacidade de elevar o potencial de luta ofensiva dos trabalhadores e o poder de difundir o socialismo como uma aspiração forte entre os de baixo. Não poderá ser uma campanha meramente reivindicativa e uma réplica honesta às promessas demagógicas e fisiológicas - lançadas para não serem cumpridas - dos donos do poder, nacionais e estrangeiros.

Os objetivos de longa duração transcendem à campanha presidencial, embora o seu debate acesse se intensifique com ela. O PT não pode manter-se equidistante, diante de suas correntes internas. Como partido proletário, só pode representar, difundir e defender o socialismo proletário. Os embates eleitorais, em uma campanha dura e traiçoeira como a presidencial, terá de reforçar as tendências mais profundas que definem a fisionomia e o significado do partido. Além disso, chegou a hora de fazer face às exigências da situação histórica. Que tipo de socialismo está na mira do PT? O reformismo de curto alcance e barato, que convem ao radicalismo de classe média e pequeno burguês? O PT caminha em busca de sua verdade. Ela nascerá das classes trabalhadoras e das massas populares destituídas e converterão o PT no partido de esquerda novo, que o Brasil necessita com urgência!

PAULO DELGADO

Coordenador do PT para as eleições municipais, o deputado Paulo Delgado (MG) fala sobre a educação e os partidos na nova Carta



"O texto aprovado reforça os partidos"

Em linhas gerais, qual é a sua avaliação da nova Constituição?

Esta Constituição não é, no geral, suporte de transformação social profunda. Ela não incorpora a massa do povo explorado no processo político e no acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade moderna. É um contrato social resultante de vitórias e derrotas de setores sociais organizados, tanto à esquerda quanto à direita do espectro político. É capaz de reduzir a jornada de trabalho, mas ao mesmo tempo de deixar intacta a estrutura do poder Judiciário, que costuma ser, no Brasil, o local onde morrem as conquistas sociais. No meu entender, a limitação fundamental da Constituição - que refletiu avanços da organização popular - é a existência de 154 dispositivos a serem regulamentados por leis complementares e ordinárias. Isso vai criar um processo constituinte sem limites e uma transição sem fim.

Em relação à Educação quais foram os pontos positivos aprovados?

Prevaleceu a concepção de que a tarefa educacional é desempenhada por trabalhadores do ensino. Haverá carreira nacional, dignidade profissional, acesso e influência das entidades representativas dos setores ligados à Educação nas decisões dos órgãos públicos encarregados da formulação da política pública. São criadas ainda condições orçamentárias e planos de médio prazo para combater o desaparecimento das escolas, para a expansão da rede física (inclusive passa a ser crime da autoridade pública impedir o acesso dos estudantes a vagas no ensino fundamental), para a eliminação do analfabetismo e para melhoria das condições de trabalho e de acesso ao saber formal produzido pela escola.

Você que representou a Bancada do PT na Comissão que discutiu a organização partidária, como avalia o texto final nesse tema?

Está definida a liberdade de organização, extinção e funcionamento dos partidos políticos, independente do poder do Estado. Isso significa que caberá aos próprios partidos estabelecerem normas e disciplinas internas, além de condições programáticas para assegurar ao eleitorado o respeito ao voto dado ao Partido. Agora é possível cassar o mandato de político que não cumpre aquilo que de-

fendeu durante a campanha eleitoral, e ao mesmo tempo manter a vaga para os partidos daqueles eleitos que abandonarem a legenda. O texto reforça assim a estrutura partidária. E permite colocar fim à desmoralização dos partidos só de eleição.

Durante a Constituinte, você promoveu a "caça nos gazeteiros". Pela primeira vez, parlamentares faltosos deixaram de receber "jetons", com a aprovação de projeto de lei de sua autoria nesse sentido. Por que essa preocupação com a frequência?

A política deve ser vista sempre como atividade de serviço e um mandato como bem público, e não como patrimônio particular de quem é eleito. Quem se dispõe a disputar um mandato, se obriga a cumpri-lo. O corporativismo do Parlamento, que protege políticos que não trabalham, desmoraliza a atividade política. O Congresso não pode ser uma casa de tolerância das elites, porque nele as classes sociais não estão dissolvidas, e deputado não é "colega" de outro deputado. Ninguém pode ser político por profissão. Nós, do PT, por exemplo, somos trabalhadores na política, e não políticos no meio dos trabalhadores. Acho que a função de um deputado de esquerda é ter uma ação parlamentar que leve às últimas consequências a radicalidade da democracia. Só assim poderá germinar uma forma mais substantiva e legítima de representação dos interesses populares nos casos em que a democracia direta for inexecutável. A iniciativa popular em projetos de lei, aprovada pela Constituinte, é positiva, na medida em que rompe com o monopólio da ação legislativa por parte de políticos com mandato, abrindo uma nova realidade para o Parlamento, que terá agora a concorrência do povo na elaboração da norma legal.

Quais projetos de sua autoria mais importantes, foram aprovados pela Constituinte?

As propostas com conteúdo semelhante eram reunidas numa só. As propostas que apresentei e que foram aprovadas estavam nesta situação de co-autoria, como o voto aos 16 anos, a proibição de promoção pessoal de governantes em publicidade oficial e emendas na área da Educação, valorizando o magistério.